

RESOLUÇÃO Nº 011 DE 08 DE MARÇO DE 1983.

JOÃO CARLOS GANDRA DA SILVA MARTINS, SECRETÁRIO EXTRAORDI
NÁRIO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais, e nos ter-
mos do artigo 1º do Decreto-Lei nº 149, de 15 de agosto de
1969, e do Decreto nº 13.426 de 16 de março de 1979,

R E S O L V E

Artigo 1º - Fica tombada a área abrangida pelas serras do Japi, Guaxinduva e Jaguacoara, importantes acidentes topográficos e geológicos das serranias de Jundiaí, que, a par com o seu grande valor cênico e paisagístico tem a condição múltipla de banco genético da natureza tropical e de um "castelo de águas" com drenagem radial, comportando-se como área ecológica e hidricamente críticas, dotada de um mosaico de ecossistemas - representativos em termos de flora e fauna; e, região capaz de funcionar como espaço serrano regulador para a manutenção da qualidade de vida de um setor de planaltos interiores de São Paulo, sujeitos a forte urbanização e industrialização. O tombamento se faz sob um critério de alto nível de seletividade espacial, envolvendo a preocupação por uma organização induzida do espaço, suficientemente capaz de conciliar preservação e desenvolvimento.

Artigo 2º - A área de tombamento envolve um polígono irregular grosso modo orientado de WSW para ENE, contendo um eixo maior de 21.800m. (comprimento) por um eixo menor de 12.700m. (largura) envolvendo terras pertencentes aos municípios de Jundiaí, Cabreúva e Pirapora, na região administrativa de Campinas (SP).

O polígono que circunscribe a área tombada e delimitada por 31 pontos, cujas coordenadas estabelecidas em cartas topográficas do antigo Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo, nas escalas de 1:100.000 e 1:50.000, estão representadas na tabela e no mapa anexos.

CEDI - P. I. B.
DATA _____
COD 10030008

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
Banco de Dados de Legislação de Meio Ambiente
Rua Tabapuã, 81 - 8º andar
04533-010 - Itaim Bibi - São Paulo - SP

DEPRN - DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO
V. _____ n.º _____ SEÇÃO _____
PÁG : _____
DATA : _____

Artigo 3º - A conciliação entre os esforços integrados para a preservação da Serra do Japi e a continuidade das atividades econômicas restritas pré-existentes na área, atingida pelo tombamento, obedecerá às seguintes diretrizes:

1. Os proprietários de sítios ou fazendas que efetivamente estejam desenvolvendo atividades agrárias condizentes com suas glebas (pequenas culturas, pecuária adequada a região, aviários e silvicultura), em áreas da Serra do Japi, atingidas pelo Tombamento, poderão continuar a desenvolver tais atividades, sem quaisquer problemas, desde que não ampliem os espaços habituais dessas mesmas atividades agrárias e nem comprometam as reservas de coberturas vegetais existentes no interior de seus sítios ou fazendas. Os pequenos produtores agrícolas, na prática, ficam fora do processo de Tombamento, porém terão que respeitar as condições do CONDEPHAAT em termos de preservação das parcelas não agrárias de suas glebas, e de um compromisso de continuidade nas atividades econômicas que já vem exercendo, ou seja, não podem mudar radicalmente de ramo de atividade sem autorização expressa do Conselho. São vedadas, sobretudo, mudanças no sentido de implantações industriais, carvoejamento, mineração e loteamentos. Em contrapartida, é desejável que os pequenos proprietários aproveitem ao máximo e de modo racional as terras agrícolas de suas respectivas glebas (agricultura mixta, avicultura, horticultura).
2. Os proprietários rurais de glebas de 2 a 20 hectares, agrariamente inativas, ou que estejam na condição de terra bruta, somente poderão utilizá-las como sítios de lazer, já que outras formas de ocupação seriam danosas à preservação da natureza.
3. Os mineradores que tenham autorização para lavra de produtos minerais do subsolo, em suas respectivas propriedades, e que tenham estabelecimentos tradicionais no ramo de mineração, e sensibilidade comprovado ou comprovável na preservação dos espaços físicos e ecológicos da Serra do Japi e seu entorno imediato, poderão continuar a desenvolver tais atividades, normalmente, segundo as diretrizes traçadas pelo DNPM para a região do Japi. Fica estabelecido no Ato do Tombamento da Serra do Japi, que todos os casos de atividades de extração mineral, não abrangidos neste documento, serão resolvidos por acordos diretos entre o DNPM e o CONDEPHAAT, através de um grupo de trabalho a ser organizado, ouvido os interessados, e com parecer terminal do Conselho.

4. Os projetos de extensão parcial de redes de alta tensão, para eletrificação rural ou para operacionalização de minerações autorizadas são considerados viáveis, ficando sempre na dependência de aprovação pela ELETROPAULO, CESP e pelo CONDEPHAAT, tendo em vista a necessidade de garantir a preservação dos patrimônios ambientais, bióticos e paisagísticos.
5. Nos sítios de lazer, os proprietários podem construir ou prever a construção de residências e seus anexos (casa de caseiro, aviário, garagem, canil, piscina, churrasqueira, quadra esportiva, além de horta, pequeno pomar, jardins e acessos a partir de estradas vicinais).
6. Para com os lotes, sítios e pequenas fazendas existentes, (desde 0,5 a 20 hectares) que estejam totalmente recobertos por florestas naturais e capoeiras densas, haverá a permissão para a implantação, em áreas restritas, de residências e seus anexos funcionais, através de projetos a serem encaminhados à consideração do CONDEPHAAT.

Sugere-se, no caso, o aproveitamento, tanto quanto possível dos espaços dotados de matas secundárias (capoeiras), para o desmatamento julgado indispensável à construção da moradia de campo e seus anexos. Fica previsto, para esse caso, uma tabela de percentuais de áreas máximas permissíveis para o estabelecimento de clareiras destinadas à construção das habitações e seus anexos

- de 0,5 a 1,9 hectares	= 20%
- de 2,0 a 3,9 hectares	= 18%
- de 4,0 a 5,9 hectares	= 16%
- de 6,0 a 7,9 hectares	= 14%
- de 8,0 a 9,9 hectares	= 12%
- acima de 10 hectares, até 20 hectares	= aproveitamento de 12.000 m ² por gleba (e/ou mó- dulo)

Para com os futuros módulos de preservação (20 hectares) totalmente florestados, somente serão toleradas clareiras de 12.000m² para a implantação de residência e seus anexos.

7. No caso de lotes ou módulos que possuam cobertura vegetal, com distribuição em mosaico, envolvendo matas e campos (matas-cerradões-cerrados, campos limpos, campos rupestres), os sítios para a implantação de residências deverão ser escolhidos nos setores de menor biomassa vegetal existentes (campos e pastagens), segundo propostas a serem encaminhadas à consideração do CONDEPHAAT.

8. Nos lotes até 2 hectares, pré-existentes, a área construída da residência poderá ocupar no máximo uma projeção sobre o terreno de $400m^2$, independentemente de se tratar de edificação térrea ou assobradada. O gabarito das residências não poderá ser superior a dois pavimentos. Nos lotes maiores e nos módulos, as propostas para construção de residências, serão analisadas caso a caso, independentemente do volume da construção projetada e da sua projeção sobre o terreno. Não podem ser autorizados projetos distorcidos em relação à função residencial. Construções endereçadas para parques públicos e eventuais projetos especiais de Turismo serão avaliados em conjunto com os órgãos competentes, a nível federal, estadual e municipal. A pretensão de construções desdobradas, em glebas de 5 a 20 hectares, por motivos de espólio ou partilha judicial incontornável, será avaliada caso a caso, com o maior cuidado possível e desejável.
9. As glebas superiores a 40 hectares, agricolamente inativas, poderão comportar parcelamento em módulos de preservação do CONDEPHAAT para a região da Serra do Japi, envolvendo sem prejuízo de cumprimento das exigências legais do INCRA - 20 hectares. Tal medida visa oferecer compensações dentro do possível, aos proprietários de glebas superiores a 40 hectares, até muitas centenas de hectares, existentes na área de tombamento.
10. Os projetos de loteamento aprovados, existentes na Serra do Japi, comportando parcelas iguais ou menores do que 2 hectares, anteriores ao tombamento serão mantidos na íntegra devendo os senhores proprietários dos lotes submeterem os futuros projetos de construção à aprovação do CONDEPHAAT, antes do encaminhamento às respectivas prefeituras (Jundiá, Cabreúva e Pirapora do Bom Jesus).
11. Em qualquer época, os módulos de preservação com 20 hectares, cada um, poderão receber o projeto de uma residência, desde que a construção proposta não amplie área de devastação florestal, e nem tampouco redunde em um desdobramento e interiorização de acessos.
12. Não serão aprovadas propostas de implantação de residências em cabeceiras extremas de drenagens (bacias de captação de águas), a fim de evitar a desperenização dos cursos d'água irradiados a partir da Serra do Japi; identicamente não serão autorizadas quaisquer barragens de rios da Serra e seus contrafortes. Estudar-se-á a possibilidade de pequenas barragens de contenção em vales agriculturados, para fins de piscicultura (Jundiuvira e setor E-NE da Serra)

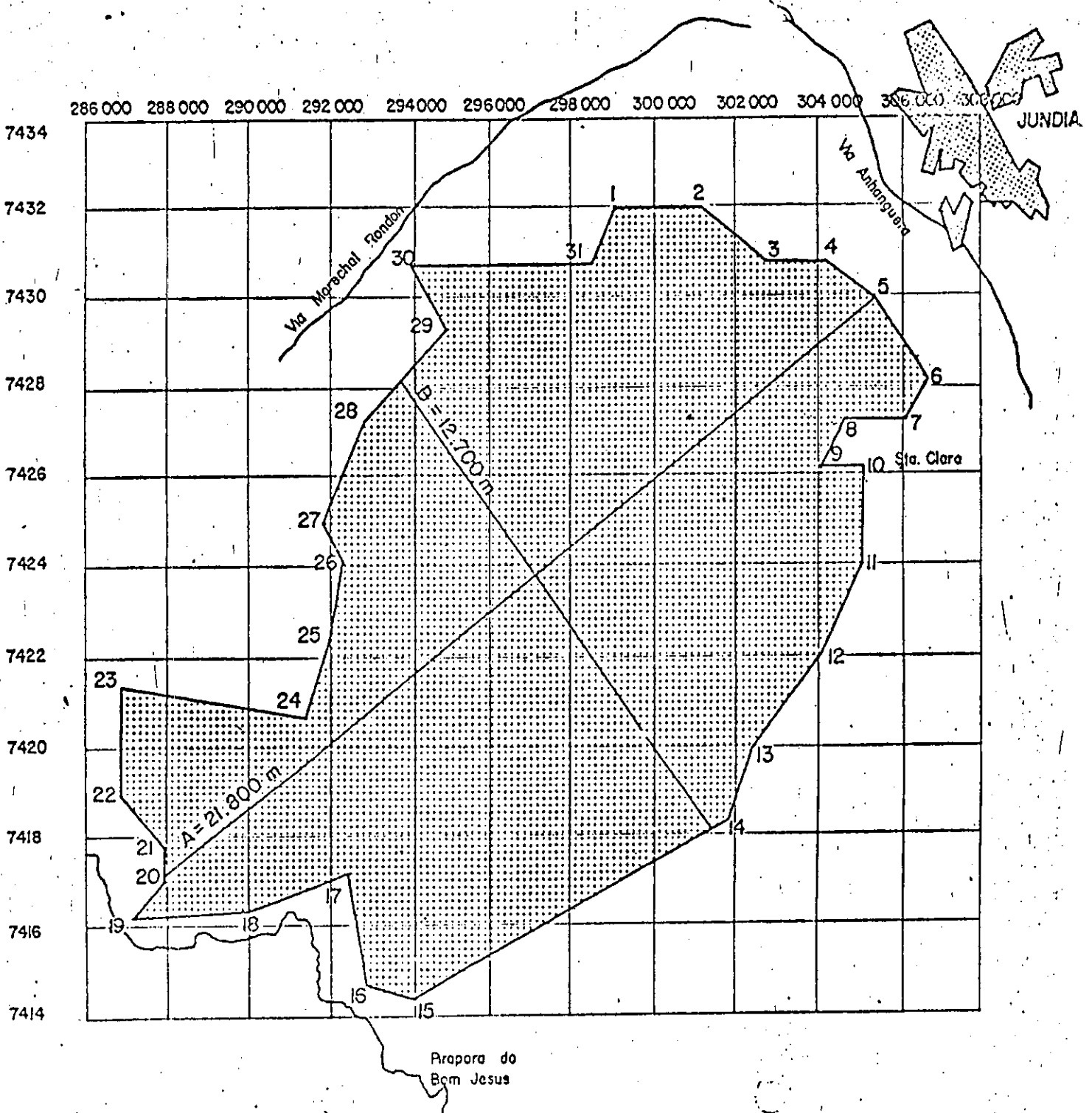
Tendo em vista a inegável vocação agrária do fundo e flancos baixos do vale do rio Jundiuvira - depressão intermontana situada entre as serras de Guaxinduva e Jaguacoara - fica prevista a possibilidade de projetos agro-pecuários em glebas - de 5 a 20 hectares na área. Para a aprovação dos referidos projetos haverá a necessidade de um planejamento agrônômico adequado.

13. Projetos turísticos especiais, vinculados ao programa de "áreas especiais e locais de interesse turístico" da Embra - tur, elaborados com todas as precauções inerentes ao paisa - gismo ecológico, compatíveis com padrões corretos de preser - vação e de utilização pública a critério do CONDEPHAAT pode - rão ser estudados para sítios paisagisticamente relevantes - no interior da área tombada. Fica prevista a possibilidade de implantação de parques estaduais e municipais, de área restrita, em glebas localizadas em terras devolutas ou desa - propriadas. Projetos turísticos de menor nível de sofistica - ção sob diretrizes adequadas de implantação poderão ser apre - ciados e considerados pelo próprio CONDEPHAAT.
14. Fica prevista a implantação de um sistema de aceiros - atra - vés de projeto cuidadosamente elaborado - a fim de evitar - progressão de incêndios e queimadas nas áreas florestadas da Serra do Japi.
15. As áreas em disputa judicial ou objetos de processos de usuca - pião ficarão sob a responsabilidade da Procuradoria do Patrimô - nio Imobiliário da Procuradoria Geral do Estado, reservando-se o CONDEPHAAT o direito de orientar o processo eventual de reci - clagem de tais espaços para fins de lazer comunitário.
16. As áreas devolutas, por ventura existentes no interior do espa - ço do Tombamento, serão motivo de considerações especiais, en - tre o CONDEPHAAT, a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário da Procuradoria Geral do Estado, e as respectivas prefeituras mu - nicipais da região (Jundiá, Cabreúva e Pirapora do Bom Jesus).
17. Não serão toleradas quaisquer instalações industriais na área de Tombamento e de seu entorno imediato (faixa de 300m. a par - tir dos limites da área tombada).
Identicamente é vedada a instalação de qualquer núcleo de car - voaria nestas áreas.
Madeira retirada de glebas de silvicultura deverão ser traba - lhadas fora do núcleo principal da área de tombamento,
18. As áreas de matas resguardadas por postura do IBDF permane - ção intocáveis, salvo no caso de módulos de 20 hectares, em que será permitida a feitura de uma clareira mínima, para fins de instalações de uma residência de campo, dentro das propor - ções pré-fixadas no presente Ato de Tombamento (item 5 e Qua - dro Anexo).

19. O Conselho do CONDEPHAAT, levando em conta o número de proprietários existentes na Serra do Japí, e, visando evitar maiores empecilhos para os que desejarem efetuar compras ou vendas de propriedades na área tombada, tornam facultativo aos proprietários a consulta prévia sobre interesse do Estado em adquirir as glebas em negociação (artigo 134, parágrafo 1º do Decreto 13.426 de 16 de março de 1979).

Artigo 4º - Nesse ATO DE TOMBAMENTO, fica previsto a criação de uma comissão inter-órgãos públicos para controle da organização do espaço, ordenação dos acessos e previsão periódica da situação efetiva da preservação da natureza, na região da Serra do Japí.

Artigo 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.



Nº DO PONTO	N ou Coords. de Yem m.	E ou Coords. de Xem m.	L A T I T U D E S			L O N G I T U D		
01	7432.000	299.000	- 23	12	30,8	46	57	50,2
02	7432.000	301.000	- 23	12	31,7	46	56	40,2
03	7430.700	302.750	- 23	13	14,7	46	55	39,2
04	7430.700	304.000	- 23	13	15,2	46	54	55,2
05	7430.000	305.250	- 23	13	38,5	46	54	11,6
06	7428.200	306.650	- 23	14	37,6	46	53	23,2
07	7427.250	306.000	- 23	15	08,2	46	53	46,5
08	7427.250	304.500	- 23	15	07,6	46	54	39,2
09	7426.175	304.000	- 23	15	42,3	46	54	57,3
10	7426.175	305.000	- 23	15	42,7	46	54	22,2
11	7424.000	305.000	- 23	16	53,4	46	54	23,2
12	7422.000	304.000	- 23	17	58,0	46	54	59,3
13	7420.000	302.600	- 23	19	02,4	46	55	49,5
14	7418.400	301.800	- 23	19	54,1	46	56	18,4
15	7414.350	294.000	- 23	22	02,2	47	00	54,9
16	7414.600	292.950	- 23	21	53,6	47	01	31,7
17	7417.150	292.450	- 23	20	30,5	47	01	48,1
18	7416.300	290.000	- 23	20	57,0	47	03	14,7
19	7416.150	287.200	- 23	21	00,6	47	04	53,0
20	7416.950	288.000	- 23	20	35,0	47	04	24,8
21	7417.800	288.000	- 23	20	07,3	47	04	24,3
22	7419.000	286.900	- 23	19	27,9	47	05	02,4
23	7421.350	286.900	- 23	18	11,5	47	05	01,2
24	7420.650	291.450	- 23	18	36,3	47	02	21,5
25	7422.000	291.950	- 23	17	52,7	47	02	03,2
26	7424.000	292.350	- 23	16	47,9	47	01	48,2
27	7424.900	291.850	- 23	16	18,4	47	02	05,3
28	7427.300	292.900	- 23	15	00,9	47	01	27,2
29	7429.250	294.900	- 23	13	58,4	47	00	15,9
30	7430.650	294.000	- 23	13	12,5	47	00	46,9
31	7430.650	298.400	- 23	13	14,4	46	58	12,2